

O METROPOLITANO
ESTADO DO PARANÁ ACM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

L.E.I. NO 708

Data: 16 de setembro de 1987.

Súmula: Dispõe sobre a criação de cargos conforme específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados e incluídos nas Tabelas nos 4 e 5, do decreto nº 01, de 06 de janeiro de 1983 as seguintes funções:

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Quantidade	Função	Classe	Referência
5	Médico	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
7	Dentista	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
5	Psicólogo	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22

ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

Quantidade	Cargo	Classe	Referência
5	Auxiliar de Odontólogo	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
	"	"	8-9-10

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 16 de setembro de 1987.

L.E.I. NO 709

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ ACM.

PREFEITO MUNICIPAL

L.E.I. NO 710

Data: 25 de setembro de 1987.

Súmula: Dispõe sobre a organização e estrutura da Câmara Municipal de Campo Largo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados nos serviços administrativos da Câmara Municipal, a partir de 01 de setembro de 1987, os seguintes cargos, todos de provimento em comissão:

Quantidade	Cargo	símbolo
01	Advogado	C-1
01	Assessor Especial	C-2
01	Contador	C-3
02	Agente Administrativo	C-5

Parágrafo Único - Os valores dos vencimentos atribuídos a cada um dos cargos, referidos neste artigo serão os constantes da Tabela em anexo.

Art. 2º - Os ocupantes dos cargos em comissão deste Legislativo, a critério do Presidente farão jus a uma verba de recompensas mensal, na seguinte forma:

1) - Ocupante do cargo em comissão símbolo C-1 - Cr\$ 4.292,00

2) - Ocupante do cargo em comissão símbolo C-2 - Cr\$ 2.861,00

3) - Ocupante do cargo em comissão símbolo C-3 - Cr\$ 1.146,00

Art. 3º - Fica a Mesa do Poder Legislativo Municipal autorizada a resguardar os valores dos vencimentos de que trata esta Lei sempre que houver resgate para os servidores municipais prevista na legislação pertinente e nos mesmos percentuais.

Art. 4º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da dotação própria do orçamento em vigor.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e especialmente as Leis nº 601, de 06 de abril de 1983 e nº 668, de 10 de dezembro de 1985.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 25 de setembro de 1987.

L.E.I. NO 711

Data: 25 de setembro de 1987.

Súmula: Altera o Estatuto do Magistério Público Municipal de Campo Largo, aprovado pela Lei Municipal nº 686, de 06/11/86.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 25 de setembro de 1987.

L.E.I. NO 712

Data: 25 de setembro de 1987.

Súmula: Dispõe sobre a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Na cobrança da Contribuição de Melhoria são consideradas, além das determinações fixadas na Lei nº 673, de 19 de março de 1985, as seguintes disposições:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 15 de setembro de 1987.

L.E.I. NO 713

Data: 25 de setembro de 1987.

Súmula: Dispõe sobre a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Na cobrança da Contribuição de Melhoria as

rião consideradas, além das determinações fixadas na Lei nº 673, de 19 de março de 1985, as seguintes disposições:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 15 de setembro de 1987.

L.E.I. NO 714

Data: 25 de setembro de 1987.

Súmula: Dispõe sobre a criação de cargos conforme específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados e incluídos nas Tabelas nos 4 e 5, do decreto nº 01, de 06 de janeiro de 1983 as seguintes funções:

Quantidade	Função	Classe	Referência
5	Médico	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
7	Dentista	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
5	Psicólogo	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Quantidade	Cargo	Classe	Referência
5	Auxiliar de Odontólogo	ESPECIAL	27-28-19-30
	"	"	23-24-25-26
	"	"	19-20-21-22
	"	"	8-9-10

Art. 2º - Quando se tratar de terreno irregular em que se verifique, através da avaliação que a obra pública não tenha crescido a valorização objeto de lançamento, na fase de impugnação poderá o contribuinte apresentar pedido de redução que poderá ser concedido até 25% do valor lançado.

Art. 3º - Quando se tratar de imóveis de esquina, o contribuinte que for optar pelo pagamento à vista, conforme dispõe a Lei nº 673, de 19/03/86, artigo 5º, § 1º, ainda poderá requerer que a sua tenha sido objeto de parcelamento, que esteja em dia, ou quitação num prazo inferior a 05 anos, fato este que deverá ser comprovado;

Art. 4º - Quando o lançamento for sobre uma testada e a outra não esteja pavimentada.

Art. 5º - Quando o lançamento for sobre uma testada e a outra tenha sido objeto de parcelamento, que esteja em dia, ou quitação num prazo inferior a 05 anos, fato este que deverá ser comprovado;

Art. 6º - Quando o lançamento for sobre uma testada e a outra não esteja pavimentada.

Art. 7º - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 8º - Os benefícios instituídos na presente lei, somente serão concedidos mediante requerimento do contribuinte, e observado o prazo improrrogável de impugnação, estabelecido no respectivo Edital.

Art. 9º - Os benefícios instituídos na presente lei, somente serão concedidos mediante requerimento do contribuinte, e observado o prazo improrrogável de impugnação, estabelecido no respectivo Edital.

Art. 10 - Quando se tratar de imóveis de esquina, o contribuinte que for optar pelo pagamento à vista, conforme dispõe a Lei nº 673, de 19/03/86, artigo 5º, § 1º, ainda poderá requerer que a sua tenha sido objeto de parcelamento, que esteja em dia, ou quitação num prazo inferior a 05 anos, fato este que deverá ser comprovado;

Art. 11 - Quando o lançamento for sobre uma testada e a outra não esteja pavimentada.

Art. 12 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 13 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 14 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 15 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 16 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 17 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 18 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 19 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 20 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 21 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 22 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 23 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formalizar sua opção no prazo legal.

Art. 24 - Quando o contribuinte não poderá acumular os pedidos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior, devendo formal